

O PROJovem URBANO COMO ESPAÇO FORMAL PARA SE DISCUTIR SEXUALIDADE E SUAS RESPONSABILIDADES

Virginia Iara de Andrade Maistro - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Vera Lúcia Bahl de Oliveira – Universidade Estadual de Londrina - UEL

Resumo

Este trabalho objetiva contribuir para o debate acerca das políticas públicas de educação no Brasil no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (PJU), que procura resgatar jovens que por diversas causas se afastaram dos estudos e hoje têm a oportunidade de voltar a estudar. Argumentos e proposições reconhecem a importância do PJU no instante em que leva a discussão temas ligados à sexualidade para o interior dos espaços escolares visando à orientação quanto ao desenvolvimento e exercício de uma sexualidade prazerosa e responsável, da cidadania, dos direitos básicos do cidadão e o conhecimento. Este projeto cumpre seu relevante papel social quando alia formação e ação no interior de um lugar institucionalizado socialmente, aprofundando as reflexões sobre temas ligados à sexualidade, permitindo que as dúvidas sejam abordadas sem preconceitos, para que todos possam se informar, refletir, debater, questionar, de maneira clara e objetiva, respeitando as individualidades.

Palavras – chave: Sexualidade; Escola; Projovem Urbano

O contexto escolar como espaço para reflexões

Com tantos avanços nos mais diversos segmentos e áreas do conhecimento e apesar da sexualidade ser parte fundamental e integrante da vida de todos nós, os tabus a ela relacionados e as dificuldades de conversar sobre o tema ainda são muito grandes. Ainda hoje nos deparamos com uma moral religiosa que a vê como um ‘mal indispensável’, mas este mesmo ‘mal’ sob a ótica da procriação – “crescei e multiplicai-vos” é legitimado. No entanto, esta moral religiosa quando trata das fantasias e atos sexuais, os avalia como atitudes impuras que conduzem ao



pecado acarretando culpas e, se existem culpados, devem ser penalizados! (RAMADAM; ABDO, 2010, p.17) Entretanto, discussões têm surgido em nível mundial, por um lado, promovendo um maior nível de saúde nas populações e, por outro, considerando os jovens como grupo vulnerável, que traz, entre outros, problemas relacionados com a sexualidade, tais como o início precoce de uma vida sexual, a gravidez não desejada e doenças sexualmente transmissíveis, e estas discussões alertaram para a necessidade de existir no âmbito escolar um espaço formal onde os alunos tivessem oportunidade de expor as suas questões, suas dúvidas e interesses.

Em Oliveira e Lira (2008) encontramos estas reflexões:

Embora sejam vistos como os depositários das possibilidades de mudança, de um melhor prognóstico para o mundo, adolescentes são percebidos pelos adultos em geral como sujeitos que não têm autonomia frente aos seus direitos e desejos nos campos da sexualidade e reprodução. Pais, professores, líderes religiosos e profissionais de saúde acabam por estabelecer valores dicotômicos e ambíguos em relação a eles: esperam que sejam sujeitos responsáveis por suas vidas – na esfera civil, na escola, quanto ao respeito às regras em geral; entretanto, parecem não reconhecer a legitimidade dos seus direitos e as possibilidades decorrentes do exercício desses direitos, principalmente quando se trata de assuntos como contracepção, exercício da sexualidade, aborto, gravidez, maternidade/paternidade, entre outros

Compreende-se que a maior parte das informações que os adolescentes têm, vêm de seus próprios colegas. A televisão, conquanto seja fonte de informação, nem sempre trata desse assunto adequadamente, uma vez que apresenta filmes e vídeos musicais que exibem cenas de sexo explícitas, levando os adolescentes a emitir valores, registrando imagens que não correspondem à realidade e apropriando-se de informações inadequadas e repletas de falsas crenças. Entretanto, a ação da mídia pode ser altamente instrutiva e positiva, como têm sido os casos de transmissão de mensagens sobre a violência, a exploração sexual infantil, a AIDS, etc.

Percebe-se que muitos educadores não estão preparados ou não se sentem à vontade para trabalhar esses assuntos e, desse modo, fica difícil tratá-los com tranquilidade; é melhor ignorar o que está acontecendo com relação à sexualidade dos alunos. “[...] existem professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais e não têm por que se preocupar se seus alunos escovam bem ou mal os dentes [...] essa situação de

desprezo às matérias transversais às vezes torna patente um defeito no trabalho profissional dos professores” (GAVIDIA, 2002, p. 24). Mas seria interessante que estes se envolvessem e vencessem as barreiras que ainda existem e impedem que todas as crianças e adolescentes possam receber informações, debater e refletir sobre essas questões, tão fundamentais na vida de todas as pessoas.

Abordar esse assunto não é função só da família, já que na maioria das vezes ela não sabe como lidar com essa questão e não tem o controle dos meios, da informação e dos estímulos que vêm de todos os lados. Por isso a comunidade escolar tem que tratar desse assunto, para não deixar os jovens na dependência de fontes informais, de pessoas que passam em sua vida, dos amigos, do que leu ou assistiu ou da própria família.

Se a abordagem da sexualidade for clara e consciente, pode-se até obter melhora na aprendizagem, já que os alunos encontram respostas às suas indagações, o que era nebuloso, se descortina muito límpido, sem tabus, sem preconceitos, ajudando-os a diminuir suas ansiedades, a entender seus conflitos, a descobrir a si mesmos, sendo ouvidos e respeitados em suas opiniões. Mas, se no contexto escolar não se reconhecer a sua importância e não se tratar da questão sexual estar-se-á omitindo e com esta atitude mostrando que o assunto é de fato um tabu, sobre o qual é melhor nem falar, que cada um aprenda à sua maneira. Mas, mesmo assim, alguma orientação sexual estará acontecendo, seja ela errada, opressiva ou preconceituosa. (SUPLICY et al., 1995, p. 10-14)

Por outro lado, muitas vezes a informação não garante a mudança de atitudes e valores, porquanto nem mesmo a informação que se tem sobre a DST/AIDS e gravidez precoce na adolescência impede o seu avanço e aumento, e como afirma Egypto (2003, p. 26-27):

A orientação sexual na escola não é garantia de que não vá ocorrer gravidez na adolescência, quando não planejada ou indesejada. Muitas vezes, a gravidez é uma fantasia da menina de que vai poder segurar o namorado, ou buscar na gravidez, e no fato de ser mãe, um papel social, respeito, um lugar social que a menina não tinha. As aulas ajudam muito a se conscientizar do problema, a encarar as resistências, as dificuldades e riscos, a superar preconceitos, mas não pode garantir que o comportamento aconteça.



Mas a instituição escolar tem o dever de intervir, de forma permanente e sistemática no desenvolvimento de atitudes de seus alunos, procurando compreender seus comportamentos no contexto amplo do desenvolvimento moral e social e quebrar preconceitos.

Mas, de que maneira este tema é reinscrito dentro do contexto histórico e das demandas atuais? A reinserção dessa proposta parece estar associada a uma mudança nos padrões de comportamento sexual. Há necessidade de abordar com os jovens de todo o mundo esses temas e seus diversos desdobramentos, visando à prevenção da gravidez indesejada e das doenças sexualmente transmissíveis, máxime a AIDS. As intervenções mais eficazes são as ações educativas continuadas, que utilizam metodologia participativa e vão muito além do fornecimento de informações ou da prescrição de condutas preventivas.

A escola deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer do conhecimento e desempenhar um papel importante ao discutir assuntos que estão ligados à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto. Como processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade incluindo posturas, crenças, tabus e valores, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos.

É necessário haver espaço para que este tema seja perguntado, discutido, questionado e vivido de forma apropriada e singular. Evitar a gravidez precoce ou proteger-se contra DST é uma consequência da atitude de quem se valoriza no presente e aposta no futuro. Quem procede assim acaba aprendendo que a melhor camisinha está no cérebro, e não na genitália. Apesar do tema ser parte fundamental e integrante da vida de todos nós, o tabu a ele relacionado e as dificuldades para conversar sobre ele ainda são muito grandes.

A abordagem desta temática no âmbito da educação precisa ser: explícita para que seja tratada de forma simples e direta; ampla, para não reduzir sua complexidade; flexível para permitir o atendimento de conteúdos e situações diversas; e sistemática, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

Discutir sexualidade e suas responsabilidades, como preconiza o Projovem Urbano, aponta para a necessidade de problematizar e esclarecer questões que beneficiam a reflexão e a

ressignificação das informações, das emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada um, que tantas vezes prejudicam o desenvolvimento de potencialidades. Essas discussões não ficarão reduzidas à abordagem dos aspectos biológicos, mas se estenderão a aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psíquicos da sexualidade. Devem basear-se em toda prática educativa e levar a vários questionamentos. (BRASIL, 1997, v. 10, p. 121)

Envolver a prática educativa com essas reflexões e permitir que vários questionamentos sejam levantados exigem do professor flexibilidade, disponibilidade e abertura. Porém, qualquer que seja o componente curricular que ministram, os professores desempenham, consciente ou inconscientemente, uma ação no campo da educação sexual. Esta ação eles desenvolvem pela maneira de ser, de se vestir, de agir, pelas idéias e valores que transmitem e, particularmente, pelo tratamento que dispensam aos alunos de ambos os sexos. (MAISTRO, 2006)

Os adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, e dos meios de comunicação. Esse projeto deve considerar toda a gama de informações e sentimentos e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.

Ribeiro (1990, p. 16) refere que:

Os valores e a história de vida que acompanham o indivíduo desde a infância estão de tal modo incorporados que dificilmente o jovem consegue viver sua sexualidade sem os tabus, os conflitos e os sentimentos de culpa, em conseqüência do confronto entre estes valores e os que a sociedade oferece hoje, entre as regras e o desejo. [...] recebendo informações distorcidas ou causadoras de dúvidas, o jovem não encontra espaço onde possa debater estas dúvidas e suas ansiedades, refletir sobre seus valores e conflitos, o que contribui para não conseguir viver sua sexualidade sem medo e sem culpa.

O ProJovem Urbano (PJU)

Nos dias atuais não é mais possível que as questões relacionadas à sexualidade passem despercebidas ou sejam tratadas com malícia ou como algo pecaminoso e imoral. Então é importante tratar o tema a fim de proporcionar aos jovens um desenvolvimento mais equilibrado

da sua personalidade, possibilitando-lhes escolhas mais responsáveis sobre seu corpo e para conseguir esse objetivo é necessário tratar esse assunto interdisciplinarmente.

O relacionamento interdisciplinar permite que todas as áreas do conhecimento estejam articuladas e tratem da temática com a finalidade de ampliar conhecimentos. Quanto ao envolvimento de todas as disciplinas, Reichelmann (1993, p. 282) tem este entendimento: “Abordar sexualidade exige um exercício de interdisciplinaridade. Por vezes ela é enfocada de modo reducionista, limitado ao terreno do biológico, ou há tentativas de se confundir sexualidade com algo limitado à biologia, psicologia ou à sociologia”.

Daí a importância de levar para o âmbito escolar a discussão sobre os mais variados temas que envolvem a sexualidade, em razão de os pais não se sentirem preparados para falar de sexo com os filhos, em razão também dos elevados índices de gravidez precoce e/ou indesejada, em razão das altas taxas de DST/AIDS, em razão ainda de tantos livros, revistas, músicas, televisão, rádio, imprensa, internet, programas de computador e muitos outros canais de cultura e informação informarem os jovens, quando os professores é que seriam as pessoas mais indicadas para tratar desses assuntos, por terem mais facilidade de propor debates e diálogos, permitindo que os alunos exponham seus sentimentos, dúvidas e ansiedades.

Mas, o contexto escolar está preparado para tal iniciativa, para abrir canais de comunicação, de espaço para se falar sobre a sexualidade de forma descontraída, prazerosa, com clima de confiança e liberdade?

Tratar da sexualidade e da responsabilidade dos pais e da escola não é apenas dar informações sobre a reprodução ou prevenção, pois a sexualidade tem uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o ser: corpo e espírito, razão e emoção, podendo expressar-se de diversas formas: por carícias, beijos, abraços, olhares; também não se limita a ser só instrumento preventivo da AIDS, da gravidez precoce, do aborto e das DST. Assim, ela abrange o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações de gênero, relações interpessoais, afetivas, imagem corporal e autoestima, propiciando uma visão mais ampla, profunda e diversificada da sexualidade.

Quanto a isso, Ribeiro (1990, p. 18) expõe:



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

Torna-se necessário abordar a orientação sexual criticamente, de forma que ela reflita a sexualidade partindo de um enfoque sócio-cultural, passando pelo psicológico, até chegar aos aspectos fisiológicos, sempre levando em consideração a importância fundamental do diálogo, ampliando o senso crítico e a visão de mundo do jovem, permitindo discussões e debates.

Nesse sentido, Sayão, Y. (1997, p. 107-117) diz que, de uma forma ou de outra, o contexto escolar interfere na construção da sexualidade de cada aluno; sendo assim, “que ela reflita sobre o seu papel, e ao abordar esse tema o faça de forma consciente e profissional”.

Uma das propostas do ProJovem Urbano é que se desenvolva um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, organizado em temáticas, propondo como um do tema integrador – Relações Sociais Desiguais e Vida do Jovem - que sugere desdobramentos ao longo das unidades formativas, várias temáticas e em especial na unidade formativa IV, recomenda a sexualidade e a responsabilidade como prática educativa, e que cada uma das áreas trate da temática de acordo com sua própria proposta de trabalho. Estes encaminhamentos tratam da temática como algo fundamental na vida das pessoas, uma vez que é no contexto escolar que podem originar vínculos significativos entre alunos e professores, e é ali que se encontra ambiente acolhedor e clima de respeito. É nesse ambiente que se adquirem informações e maior consciência da autonomia pessoal e, ao longo do processo pedagógico, uma melhor compreensão dos movimentos políticos e culturais que envolvem a sexualidade, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social.

Nos cursos de formação continuada dos educadores do Projovem Urbano, foram discutidos vários temas referentes à sexualidade, já que se sabe da necessidade da formação dos profissionais nessa questão. Compreende-se é difícil trabalhar de maneira efetiva qualquer temática que seja polêmica dentro da educação se os educadores não tiverem a sensibilidade e a preparação necessárias para conhecer os principais problemas que afetam a sociedade em geral e os alunos em particular. Reconhece-se que muito se exige dos educadores, por isso é necessário que possuam estratégias metodológicas apropriadas para abordar os temas atuais, tenham conhecimentos básicos e suficientes para definir os objetivos, os conteúdos, a metodologia e a



avaliação, pois deles depende o currículo que será elaborado: o que, quando e como ensinar. (GAVIDIA, 2002, p.27).

Espaços de construção e reflexão

Ao proporcionar aos alunos um espaço de reflexão, o ProJovem Urbano estimula discussões, levando em conta o interesse e a curiosidade dos jovens.

Suplicy et al. (1995, p. 13) nos falam em “abrir canais de comunicação”. Entendemos que, neste momento, o projeto ProJovem urbano abre espaço para que a temática seja discutida, com o objetivo de colaborar para que os alunos se transformem restando suas agressões e exibicionismo; toca num aspecto vital do amadurecimento mental e da formação da personalidade e possibilita maior tranquilidade em meio ao turbilhão da adolescência. O aluno se sente valorizado, quando percebe que o ProJovem Urbano, no momento em que insere a temática da sexualidade no currículo, busca esclarecer-lhe as angústias, mostrando que está realmente preocupado com ele, com seu bem-estar, que está querendo ajudá-lo a descobrir-se e a inserir-se no seu mundo.

Nesse sentido, ele se sente realmente como um cidadão, pois percebe que este projeto está procurando meios de compreendê-lo, de orientá-lo nas reflexões, de abrir espaços para discussões de assuntos tabus, os quais muitas vezes são os mais importantes para ele, por ajudá-lo a conhecer-se a si mesmo, a vencer barreiras e preconceitos, por permitir-lhe liberdade de escolha e por entender e valorizar as experiências, sentimentos e mensagens (mesmo implícitas). A sexualidade faz parte da nossa existência e, como diz Catonné (2001, p. 100), “o projeto de uma bela existência implica o de uma livre sexualidade”.

E silenciosamente a transversalidade vai acontecendo...

A sexualidade, dotada de uma transversalidade inerente, pode fazer parte de todos os processos de construção do conhecimento. Talvez essa transversalidade já ocorra genuína e

silenciosamente dentro das diversas áreas do saber. Ela é colocada em pauta todos os dias, inconscientemente, pela emergência de valores, posturas e visões de mundo dos que participam do cotidiano escolar. Dentro dessa perspectiva, seja no discurso verbalizado, seja no discurso silencioso, ela está percorrendo o currículo. De acordo com Gavidia (2002, p. 20), “a transversalidade é uma proposta séria, integradora, não-repetitiva, que contextualiza a problemática formulada pelas pessoas nesse momento, como indivíduos e como grupo. [...] é aquilo que se estende atravessado de um lado a outro, “encadear”, “transpassar”, “infiltrar-se”.

Na busca de entender essa transversalidade, Yus (2002, p. 40-41) ressalta que ela não pode ser aceita como uma lista de temas desconexos, mas deve ser o espírito, o clima e o dinamismo humanizador da escola; que existem certos elementos comuns que funcionam como elos de ligação com implicações nas práticas educativas. E esses elementos:

- ▶ Procuram promover visões interdisciplinares globais e complexas que facilitem a compreensão de fenômenos dificilmente explicáveis a partir da ótica de uma disciplina.
- ▶ Pretendem romper com as visões dominantes, que não são somente as transmitidas pelo poder, mas que acabam justificar o etnocentrismo, o androcentrismo e a reprodução das de injustiças e de desigualdades.
- ▶ Expressam a necessidade de conseguir aulas plenamente cooperativas e participativas, em que os alunos sintam-se envolvidos em seu processo de aprendizagem e em que os professores não sejam meros profissionais, mais ou menos técnicos e hábeis no manejo das habilidades de ensino, mas agentes criadores do currículo, intelectuais e críticos.
- ▶ Reconhecem a importância de se conectar com a vida, de provocar empatia, de fazer um levantamento das preocupações socioafetivas das meninas e dos meninos que formam o nosso alunado.



No momento em que a escola abre portas para que um projeto dessa natureza se concretize inserindo em sua programação sexualidade e responsabilidade, ela está sendo solidária com a comunidade que pretende atingir, propondo-se a esclarecer determinados problemas, como gravidez precoce na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e, principalmente, a valorização da saúde de cada um dos educandos por compreender que a maior fonte de informação do adolescente é o seu companheiro de mesma idade ou ligeiramente mais velho, fonte essa que, na maioria das vezes, é inadequada, uma vez que seu companheiro tem conhecimentos distorcidos a respeito da sexualidade. (MAISTRO, 2006)

Reconhecemos a importância do ProJovem Urbano ocupar-se dessa temática visando à orientação dos alunos quanto ao desenvolvimento e exercício de uma sexualidade prazerosa e responsável. Esse tema está ligado intimamente ao exercício da cidadania, quando se trabalha o respeito que o aluno deve ter por si e pelo outro e quando há empenho para que os direitos básicos do cidadão, como a saúde, a informação e o conhecimento, sejam respeitados.

O exercício da cidadania que o ProJovem Urbano estimula, além de garantir a dignidade do ser humano, favorece o respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, ajudando a compreender a sua dimensão saudável, a desenvolver uma consciência crítica e a tomar decisões responsáveis a respeito da sexualidade;

Se uma das propostas do ProJovem Urbano é aliar formação e ação e se ele acontece num lugar institucionalizado socialmente, a escola, e se este ambiente é um espaço sexualizado, atravessado pelas concepções de masculinidade e feminilidade, pelas formas de sexualidade de uma dada sociedade, é essencial um aprofundamento sobre tais questões, permitindo que as dúvidas quanto a ela sejam abordadas sem preconceitos, para que todos possam se informar, refletir, debater, questionar, de maneira clara e objetiva, respeitando as individualidades. Somente assim este projeto estará cumprindo seu relevante papel social na formação dos indivíduos.

Não é uma tarefa fácil, mas é necessário e urgente que políticas educativas voltadas para a temática da sexualidade sejam propostas, debatidas, valorizadas e acompanhadas de um conjunto de ações que serão necessárias para efetivá-las, abordando-se as questões relacionadas ao tema de forma a abranger todos os aspectos envolvidos. Esta ação teria como finalidade, não só informar,



mas também desenvolver as habilidades necessárias à utilização destas informações para o exercício saudável da sexualidade.

Por conseqüência, é essencial saber que a discussão sobre sexualidade e responsabilidade deve ter propósito de trabalho o desenvolvimento de uma metodologia participativa e criativa, que ultrapasse o campo das intenções, tratando com clareza os assuntos, uma vez que os jovens trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, e através dos meios de comunicação. Portanto, esse projeto deve considerar toda a gama de informações e sentimentos e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.

Quanto mais um projeto estiver relacionado a uma necessidade ou a uma urgência social, quanto mais a problemática enfocada no projeto estiver relacionada com o contexto da própria comunidade escolar, quanto mais temas relacionados com a sexualidade se configurarem como problemas urgentes - reclamando, se não solução (gravidez na adolescência, violência sexual, doenças sexualmente transmissíveis, e outros), pelo menos discussão e reflexão -, e quanto mais educadores, alunos e pais vivenciarem esses problemas, mais o projeto terá resultados significativos e positivos no que tange à mudança de valores, às atitudes e ao exercício efetivo da cidadania.

Podemos inferir que este trabalho é necessário e pode ser levado à frente desde que se leve em consideração a sua essencialidade, se esteja aberto a mudanças, se aceitem e assumam novas opiniões e pensamentos, se transponham preconceitos e tabus e se permita que o aluno discuta com naturalidade os problemas que o afligem. Não é um trabalho que um professor faça sozinho nem se sustenta apenas com voluntariado; ele tem de ser discutido pela equipe e supõe planejamento e estudos contínuos, com supervisão e o envolvimento de todos, porquanto é de suma importância.

As questões apontadas a longo deste estudo não prescindem de um esforço conjunto e requerem, portanto, a formação dos professores, trabalho contínuo com os pais, informação permanente dos alunos e dos pais, diversificação da metodologia e construção de um programa sólido. Outros aspectos necessitam ser dimensionados, ainda, tais como: diminuição das distâncias entre professores, pais e alunos, formação de vínculos, envolvimento de maior número



de pessoas tanto pertencentes à comunidade escolar quanto de outros setores da sociedade, enfrentamento de determinados assuntos tidos como “polêmicos”, e principalmente olhar com “outros olhos” a sexualidade como fonte de legítimo prazer desde que assumida com responsabilidade.

A inclusão de temas integradores que promovem e induzem à reflexão sobre sexualidade tem sua complexidade, e esta prática pedagógica é de suma importância e de extrema urgência. Um projeto desta natureza permite estudos por toda a comunidade educativa, deve ser um processo de reflexão sobre o que a educação tem feito sobre a temática da sexualidade para que a melhoria da qualidade do ensino resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores e que se repense o papel e a função da instituição escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, 1997. v. 8 e 10.

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, v. 40)

EGYPTO, A. C. (Org.) **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

GAVIDIA, V. A construção do conceito de transversalidade. In: ÁLVAREZ, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 15-30. (Inovação Pedagógica, v. 5)

MAISTRO, V. I. A. **Projetos de orientação sexual: seus limites e suas possibilidades**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.



OLIVEIRA, A. R.; LYRA, J. Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder. Direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e as políticas públicas de saúde: desafios à atenção básica. ST 40 – **Estado Laico, Sexualidade e Políticas Públicas**. Florianópolis de 25 a 28 ag., 2008

RAMADAM, Z. B. A; ABDO, C. H. N. Sexualidade: trâmites, percalços e desvarios. In: ABDO, C. (Org.). **Sexualidade humana e seus transtornos**. SP: Leitura médica, 2010. p 17.

REICHELDMANN. J. C. A educação sexual no sistema de saúde. In: RIBEIRO, M. (Org.). **Educação sexual: novas idéias, novas conquistas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1993. p. 281-303.

RIBEIRO. P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU. 1990.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

YUS, R. Temas transversais e educação global: uma nova escola para um humanismo mundialista. In: ÁLVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 31 - 48. (Inovação Pedagógica, v. 5)



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br